

o estatuto de formas corretas, a serem ensinadas, aprendidas e internalizadas através de longo processo escolar. Há consenso em que o professor de língua materna é o profissional da linguagem encarregado de preservar e controlar o domínio da norma, nas atividades de produção de texto e retextualização. Já a definição do papel dos professores das demais disciplinas em face do domínio da forma prestigiada está longe de consenso.

A segunda distinção elege estigma social. O modo de comunicação das pessoas desprovidas de prestígio econômico e social tende a ser coletivamente avaliado como estigmatizado. A forma estigmatizada é interpretada como inferior, em termos estéticos e informativos, pelos membros da comunidade discursiva. Assim, criam-se consensos quanto ao caráter estigmatizado dos usuários de *framengo*, *pobrema* e *homi*. A forma estigmatizada é objeto de comentário jocoso ou rejeição explícita na comunidade discursiva. É registrada como vício ou erro nas gramáticas escolares e nos manuais de descrição, estudo e ensino da língua, sobretudo nos níveis fundamental e médio. A escola move campanhas em prol da pureza do idioma, na variante padrão, e atua constante na luta contra *barbarismos*, *solecismos* e *estrangerismos*. Quanto a esse último item, é comum ver-se aliado o político e o profissional da linguagem, num esforço em impedir que formas estrangeiras acabem instalando-se no âmbito da gramática, supostamente vernácula. Os usuários das formas sem prestígio, e sobretudo das formas estigmatizadas, são rotulados de descuidados e ignorantes das belezas da língua padrão. Os erros são concebidos como males que devem ser extirpados da comunidade discursiva. Quanto à listagem escolar dos barbarismos a serem evitados incluem-se os de base fonética (*traxe* por *troux*e, *nós fumo* por *nós fomos*), os de base morfológica (*o cal* por *a cal*, *a sabonete* por *o sabonete*), ou os fraseológicos (*estou ao par*, por *estou a par*). Sob o rótulo *solecismos* incluem-se os vícios sintáticos contra as normas de colocação (como a ênclise, em *farei-te um grande favor*), contra as regras de concordância (*sumiu todos os meus discos*) e contra os princípios da regência (*gosto de ir na feira*).

Parte apreciável do esforço dos organizadores de manuais do bom português consiste em codificar e exemplificar esses vícios de linguagem. Pugnam os professores de português para que os mesmos sejam evitados a qualquer custo, já que são matéria corrente nos concursos vestibulares. A escola consome parcela substancial de seu tempo justificando o esforço da comunidade culta em impedir a corrosão da língua.

Cabe, nesse contexto, uma reflexão sobre a relação entre frequência de uso e sentimento de regularidade desse mesmo uso. O uso cristaliza, fixa, por repetição, as expressões preferidas pelos membros da comunidade. Os mecanismos de regularização criam novas associações na concordância, novos parâmetros na regência e novos agrupamentos na ordenação vocabular. A regularização na concordância se manifesta em expressões como *nove (horas)* e *pouca*, em vez de *nove horas* e *pouco (tempo)*; *meio-dia* e *meio*, em vez de *meio-dia* e *meia (hora)*; *ela está meia*

*cansada*, em vez de *ela está meio cansada*; *café com menas química*, em vez de *café com menos química*. A regularização na regência se manifesta em expressões como *entregar em domicílio*, por *entregar a domicílio*; *assistir o jogo*, por *assistir ao jogo*. Há também as variantes por regularização resultantes de reanálise das conjugações verbais, como em *esteje calmo*, em que o parâmetro subentendido seria um verbo hipotético, *estejar*, da primeira conjugação, e não os diferentes radicais do verbo *estar* (*est*-, *estej*-, *estiv*-). É também o caso de *seje forte*, em que novamente um radical hipotético, *sejar*, da primeira conjugação, atuaria, em vez do verbo *ser*, com seus radicais (*se*-, *so*-, *e*-, *fu*-, *sej*-).

A terceira distinção tem como foco os fenômenos controlados pela escola, contra aqueles que não são objeto da atenção disciplinadora e gramaticizadora da mesma. Por um lado, a escola controla, evita e pune, com veemência, o uso de formas com supressão e/ou troca de líquidas, como *framengo* e *pobrema*, e os fenômenos sintáticos com resquícios dos casos latinos nos pronomes, como *da para mim sair*. Por outro lado, é conivente com formas redundantes, do tipo *há anos atrás*.

A quarta distinção opõe fenômenos controlados por fatores gramaticais, incluídos no nível da oração e do período, contra fenômenos associados a fatores discursivos. A gramática do sintagma e da oração tem sido beneficiada com a atenção quase exclusiva dos pesquisadores e dos profissionais do ensino da língua, enquanto o nível transfásico, do texto, ainda engatinha em termos de atenção que desperta. Eis por que a maioria dos fenômenos estudados apresenta alta concentração de fatores estruturais e poucos acolhem variáveis discursivas ou funcionais.

A gramática tende a ser denominada prescritiva/normativa, ou descritiva, enquanto o seu ensino pode caracterizar-se por ser predominantemente prescritivo, descritivo ou produtivo. O ensino prescritivo está dividido entre as tarefas de aquisição das formas de prestígio e as tarefas de erradicação das formas sem prestígio, com ênfase para as estigmatizadas. Contribui para o domínio da língua padrão através de estratégias de familiarização com os novos comportamentos, via repetição das fórmulas propostas. O ensino descritivo naturaliza como boas as formas de prestígio e as descreve com detalhe e circunstância, deixando no limbo as características estruturais das formas a serem evitadas. As regras de concordância nominal e verbal e os estudos de regência verbal ilustram bem a ênfase que se dá ao padrão culto. Ao justificar e implantar na literatura e no uso das pessoas cultas as formas focalizadas, o ensino contribui para provocar adesão dos alunos a essas formas, como marcas de prestígio social. O ensino produtivo supõe a aquisição de novos hábitos linguísticos, a incorporação de novos modos de dizer e escrever, sempre com ênfase nos modos prestigiados de comunicação. Em vista dos modelos que escolhe para a familiarização do aluno com o nível culto, este tipo de ensino contribui para que os aspectos não abordados pela disciplina gramatical sejam também incorporados.

Por fim, distinguem-se as modalidades falada e escrita. Os estudos do uso concentram-se nos fenômenos da fala, enquanto a escola privilegia o canal da escrita. A maioria dos fenômenos é sensível a ambos os canais, mas há pressões